

"Não há nada mais parecido com o Governo do que a oposição no Governo". (De um ex-ministro da Velha República)

Esta semana foi marcada por dois eventos de grande significado e que praticamente se anularam em termos de transmitir à população a imagem e as diretrizes do Governo. Inclusive, do ponto de vista do impacto e divulgação, o acontecimento menor, que nem figurava na pauta dos meios de comunicação, por não ter sido previamente anunciado, acabou recebendo maior destaque e "roubou" do evento principal as manchetes dos noticiários e da imprensa em geral.

O acontecimento principal foi, pela manhã, a reunião em que o presidente Sarney transmitiu ao seu novo ministério as diretrizes de sua administração quando enfatizou que "o Governo disse não à recessão... E que o desenvolvimento e o crescimento econômico não foram metas apenas distantes mas diretrizes concretas que animaram e deram sentido à ação do Governo na área econômica, revertendo a recessão".

Após lembrar que a retomada do crescimento propiciou elevação do nível real dos salários em cerca de 15 por cento e a criação de 2 milhões de empregos, o Presidente da República ponderou "que esses resultados positivos certamente ainda estão longe de poder atender à expectativa reprimida por anos de recessão ou distorção na distribuição social e regional da renda". Falando da opção social de seu Governo, Sarney disse que "a ênfase ao desenvolvimento, ao crescimento, ao emprego, ao crescimento real dos salários foi, na verdade, corolário dessa opção". Dirigindo-se ao ministro da Indústria e do Comércio, determinou que "sua atenção deve voltar-se prioritariamente para o fortalecimento do mercado interno e a dinamização da produção". Disse ainda o Presidente, que "vamos continuar com a política de crescimento econômico".

Como se pode constatar, a mensagem do Presidente da República deu grande destaque na continuidade do crescimento econômico e do fortalecimento do mercado interno e deveria ter obtido grande repercussão junto à classe empresarial e aos trabalhadores se não tivessem sido ofuscada junto aos meios de divulgação pelo impacto do evento secundário — a reunião telefônica de emergência do Conselho Monetário Nacional.

Dessa reunião resultou mais um pacote econômico bem ao estilo da Velha República, não só quanto à forma como quanto ao conteúdo. Com relação à forma, as críticas severas da antiga oposição "as decisões arbitrárias tomadas pelos tecnocratas sem consulta à socie-

dade" e ao sistema absurdo de deliberar por "reuniões telefônicas", permitia esperar que essa prática houvesse sido banida dos hábitos brasileiros com o advento da Nova República. Isso, no entanto, não ocorreu, justificando o dito de que "não há nada mais parecido com o Governo do que a oposição no Governo".

Estranha-se a urgência com que as medidas foram adotadas a tal ponto de coincidir, e praticamente ofuscar, a fala presidencial. A única explicação viável, na falta de uma justificativa para essa urgência por parte das autoridades, é a de que a taxa de inflação de fevereiro, prestes a ser divulgada, tenha superado as estimativas mais pessimistas, o que poderia gerar expectativas quanto à evolução do processo inflacionário.

Com a adoção desse "pacote" antes da divulgação da taxa de inflação, o Governo estaria procurando sinalizar ao mercado que não iria aceitar passivamente a escalada inflacionária. Esse, aliás, parece ser um ponto positivo do "pacote", o de demonstrar que as autoridades econômicas não estão e não se manterão passivas frente ao agravamento do processo inflacionário. O que nos parece contestável em relação a esse ponto e que, mais uma vez, se descarrega sobre o setor privado o ônus da tentativa da contenção do processo inflacionário.

O objetivo explícito do "pacote", segundo as autoridades monetárias, foi o de desacelerar o consumo. Mas a análise do conjunto de medidas revela que se busca, também, facilitar a colocação de títulos públicos no mercado, sem pressionar as taxas de juros, graças à contração forçada do setor privado, e a carrear mais recursos para os cofres do Tesouro, como se verifica pela instituição do depósito compulsório para as caixas econômicas.

Procura-se, mais uma vez, reduzir o desequilíbrio das finanças públicas pelo lado da receita, obrigando o setor privado a encolher-se para criar mais espaços ao atendimento das necessidades ilimitadas de recursos por parte do Governo.

A decisão de "regular a capacidade da demanda para evitar a exacerbção do crescimento econômico" contrasta com o tom otimista e desenvolvimentista do discurso do presidente Sarney e também com as palavras recentes do ministro da Fazenda, Dilton Funaro (em 29 de novembro), ao justificar o "pacote fiscal". Indagado, naquela oportunidade, se a redução do imposto na fonte não poderia acelerar a inflação, o ministro não demonstrou qualquer preocupação com o previsível aumento da demanda resultante da menor retenção do Imposto de renda,

considerando isso um fator positivo. Menos de dois meses depois, o crescimento da demanda passa a ser motivo de preocupação e de medidas urgentes e drásticas.

Não há qualquer condição para a classe empresarial planejar e administrar suas atividades com mudanças tão abruptas da "sinalização" que o Governo, através de suas diretrizes e medidas, envia ao setor privado. De manhã "a atenção do Governo deve voltar-se prioritariamente para o fortalecimento do mercado interno" e "vamos continuar com a política do crescimento econômico... E assim dizer não ao desemprego". À noite, "vamos desacelerar a demanda", reduzindo os prazos dos financiamentos ao consumidor, com o que se reduzirá as vendas do comércio, a produção da indústria e se não o nível de emprego, pelo menos, a oferta de novos empregos.

Na decisão do CMN de reduzir de 12 (seis no caso de veículos) para quatro o número máximo de prestações no crédito ao consumidor para todos os produtos, o Governo exagerou na "dosagem" do remédio e se deparará com "efeitos secundários indesejáveis" e não previstos. Isto porque a medida afeta não apenas setores que o Governo considera "aquecidos", como outros que ainda continuam em recessão como é o caso dos móveis.

Diga-se de passagem que a "febre consumista" que tanto preocupou o Governo, não passa, por enquanto, de recuperação de perdas ocorridas entre 1981 e 1984, uma vez que o comércio lojista ainda não voltou aos níveis de vendas atingidos em 1980, apesar do grande crescimento populacional nesse período.

A medida de reduzir drasticamente o prazo nas vendas financiadas afetará de forma mais intensa as financeiras, principalmente as independentes, e os consumidores de menor renda, mas seus reflexos serão negativos também sobre as vendas, produção e emprego. A grande indagação que se pode fazer é se isso será um instrumento efetivo para conter a inflação.

As experiências do passado não parecem confirmar essa tese e o máximo que se poderia admitir é que uma medida dessa natureza (embora não com essa intensidade) pudesse até ser necessária como complemento de uma efetiva política antinflacionária, seria, no entanto, insuficiente. Enquanto o combate à inflação for unilateral, isto é, atingindo apenas o setor privado, ele jamais será eficiente. Continuará impondo sacrifícios inúteis às empresas privadas e aos trabalhadores para que se mantenham intactos os interesses e privilégios daqueles que se beneficiam dos gastos públicos.